

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**

**AUGUSTO JUNIOR CLEMENTE**

**O PODER: UMA SISTEMATIZAÇÃO COMPARADA DOS  
CONCEITOS SUBJETIVISTA E OBJETIVISTA**

**CURITIBA – PR  
2011**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**

**AUGUSTO JUNIOR CLEMENTE**

**O PODER: UMA SISTEMATIZAÇÃO COMPARADA DOS  
CONCEITOS SUBJETIVISTA E OBJETIVISTA**

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação lato sensu em Sociologia Política, Departamento de Ciências Sociais, Setor Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, como parte das exigências para a obtenção do título de Especialista em Sociologia Política.

Orientador: Prof. Doutor Nelson Rosário de Souza.

**CURITIBA – PR  
2011**

## RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar comparativamente os conceitos sobre Poder e processos decisórios que se desenvolveram ao longo dos programas de pesquisa estrutural-marxista (objetivista) e pluralista (subjetivista). O primeiro parte de uma análise sistêmica da sociedade, enfatizando que o comportamento individual é resultado de circunstâncias objetivas que condicionam as ações dos agentes (POULANTZAS, 1986; OFFE, 1982). No que se refere ao programa de pesquisa subjetivista, este considera que os indivíduos atuam com certo grau de liberdade, possuindo consciência de suas condutas as quais atribuem sentido (DAHL, 1970; BACHRACH & BARATZ, 1969; LUKES, 1990). Analisaremos os avanços que cada autor representa em relação ao seu antecessor dentro dos seus respectivos programas de pesquisa, nos quais Steven Lukes e Claus Offe – cada qual dentro da linearidade de seus núcleos teóricos – são, a nosso ver, os pontos de proximidade de ambas as perspectivas. Logo, cabe perguntar: em que medida estes dois eixos teóricos se aproximam ou complementam-se no que se refere ao conceito sobre Poder? Contudo, uma segunda problemática surge quando se analisa o problema central deste trabalho: com base nas observações sobre filosofia da ciência (LAKATOS, 1983; GERRING, 2006; MILLS, 2009), quais os desafios metodológicos implicados nessa discussão? Objetivamos identificar e relacionar os padrões gerais de ambos os programas de pesquisa propondo uma reflexão analítica da teoria política contemporânea. A metodologia será a análise bibliográfica comparada, de forma a sistematizar os aspectos relevantes sobre os conceitos de Poder nos vieses objetivista e subjetivista.

Palavras-chaves: Poder. Estruturalismo Marxista. Subjetivismo Pluralista. Filosofia da Ciência.

## ABSTRACT

This study aims at comparing the concepts of power and decision-making processes that have developed over the research programs structural-Marxist (objectivist) and pluralistic (subjective). The first part of a systemic analysis of society, emphasizing that individual behavior is the result of objective circumstances that constrain the actions of agents (POULANTZAS, 1986; OFFE, 1982). With regard to the subjective research program, it deems that individuals act with a certain degree of freedom, having awareness of their behaviors which make sense of (DAHL, 1970, BACHRACH & BARATZ, 1969; LUKES, 1990). We will review the advancement that each author represents over its predecessor within their respective research programs, in which Steven Lukes and Claus Offe - each within the linearity of its theoretical core - are, in our view, the proximity of both points perspectives. So the question arises: what is the approach extent or complementariness between these two theoretical axes, with regards to the concept of Power? However, a second problem arises when considering the central problem of this work: with base in the observations on the philosophy of science (LAKATOS, 1983; GERRING, 2006, MILLS, 2009), what is the methodological challenges involved in this discussion? We aim to identify and relate the general patterns of both research programs proposing an analytical reflection of contemporary political theory. The methodology will be the compared literature review in order to systematize the relevant aspects of the concepts of power in the objectivist and subjectivist bias.

Keywords: Power. Marxist structuralism. Pluralistic subjectivism. Philosophy of Science.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>01</b>
<b>2 O CONCEITO DE PODER SOB ÓTICA SUBJETIVISTA.....</b>	<b>04</b>
<b>3 O CONCEITO DE PODER SOB A ÓTICA OBJETIVISTA.....</b>	<b>09</b>
<b>4 QUESTÕES METODOLÓGICAS E A FILOSOFIA DA CIÊNCIA.....</b>	<b>16</b>
<b>5 CONCLUSÃO.....</b>	<b>18</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>20</b>

## I INTRODUÇÃO

Este trabalho procura analisar comparativamente o conceito sobre Poder que se desenvolveu ao longo dos programas de pesquisa estrutural-marxista (de orientação objetivista) e pluralista (de orientação subjetivista). O primeiro parte de uma análise sistêmica da sociedade, enfatizando que o comportamento individual é resultado de circunstâncias e relações objetivas que condicionam as ações dos indivíduos. E o último, considera que os indivíduos atuam com certo grau de liberdade, possuindo consciência de suas condutas as quais atribuem racionalidade.

De forma mais específica, do ponto de vista do programa de pesquisa que enfatiza a análise sobre o Poder de orientação subjetivista, nosso objeto de estudo encontra-se principalmente nas considerações de Robert Dahl (1970) e no desenvolvimento crítico da abordagem pluralista que se deu pelos apontamentos de Bachrach & Baratz (1969) e Steven Lukes (1990). Em oposição a corrente subjetivista consideramos as obras de Nicos Poulantzas (1986, 2000) e Claus Offe (1982) as que melhor exemplificam o desenvolvimento do programa de pesquisa estrutural-marxista, ou seja, de viés objetivista. Sendo assim, nos atemos aos avanços que cada autor representa em relação ao seu antecessor nos seus respectivos programas de pesquisa, nos quais Steven Lukes e Claus Offe nos parecem ser os pontos de confluência de ambas as perspectivas para uma busca de solução metodológica sobre o conceito de Poder.

A questão que move o interesse pela pesquisa pode ser enunciada da seguinte forma: em que medida estes dois núcleos teóricos distintos aproximam, distanciam e complementam-se no que se refere aos conceitos sobre Poder e processos decisórios? Contudo, uma segunda problemática de ordem metodológica surge inerentemente quando se pensa no problema central deste trabalho: ancorando-se nas observações sobre filosofia da ciência de Imre Lakatos (1983) e John Gerring (2006), quais os desafios metodológicos da Ciência Política contemporânea implicada nessa discussão?

Por esta perspectiva, nosso trabalho justifica-se por tratar de um debate crucial da Ciência Política e Sociologia Política que é a dicotomia entre agente e estrutura. Dicotomia essa que já estava presente na gênese das Ciências Sociais tanto no pensamento weberiano pela aceção de individualismo metodológico, como na concepção durkheimniana pelo conceito de consciência coletiva, e, sobretudo na corrente teórica marxista posta pelo materialismo histórico. Perceber o desenvolvimento da análise sobre Poder colocado de duas formas distintas – uma com centralidade no sujeito e outra com centralidade nas estruturas

sociais – torna-se relevante para um adequado encaminhamento metodológico dessa questão. Mais que isso, para um adequado encaminhamento dos desafios referentes a uma unidade metodológica de análise sobre Poder e processos decisórios. Pois, há uma dificuldade que é imediatamente colocada quando o pesquisador possui uma preferência de exclusividade sobre uma das duas perspectivas, ou seja, quando ele atribui relevância demasiada a uma delas (HAGUETTE, 2001).

Neste sentido, os pesquisadores necessitam encontrar uma forma de usarem suas imaginações sociológicas (MILLS, 2009) com o intuito de encontrar ferramentas e métodos de pesquisa que procurem minimizar as dicotomias entre esses núcleos teóricos que se desenvolveram até um ponto no qual parecem se aproximar.

Procuramos identificar e relacionar entre si os padrões gerais dos programas de pesquisa objetivista e subjetivista, propondo uma reflexão sobre as análises da teoria política contemporânea que se debruçam sobre a questão do Poder a fim de apresentar uma sistematização comparada de tais conceitos. Buscamos apresentar especificamente: a) trajetória teórica delineada por ambos os programas de pesquisa dentro das obras dos autores referidos; b) os pontos em que se aproximam, distanciam e complementam-se; c) as questões referentes aos problemas metodológicos implicadas nesta análise.

Nossa primeira hipótese de trabalho guia-se pelo fato de que tanto o programa de pesquisa estrutural-marxista quanto o marco teórico pluralista “cruzaram seus caminhos”. Cada um partiu de um ponto e seguiu por uma via permeada por debates que os fizeram esbarrar numa espécie de encruzilhada metodológica. Apesar de possuírem marcos teóricos e metodologias distintas (uma subjetiva/comportamental e outra objetiva/estrutural) o desenvolvimento de tais programas de pesquisa, a partir das críticas apresentadas, demonstra que ambas confluem para uma relação de proximidade. Para Offe (1982) uma abordagem objetiva do Poder necessita pensar de forma mais efetiva nos processos de tomada de decisão se quiserem obter comprovações empíricas das instituições estatais que corroborem com a noção funcional de Estado classista, que para o autor ocorre internamente por meio de um critério de seletividade das demandas que são incorporadas no processo político. Lukes (1990), por sua vez, apresenta a necessidade de a visão subjetiva do Poder desenvolver respostas que solucionem as questões empíricas de conflitos latentes (não-observáveis) que salientem a presença de elementos de formação das preferências dos atores envolvidos nos processos decisórios, interferindo nas suas escolhas, o que torna a concepção puramente subjetiva do Poder problemática.

Nossa última hipótese possui muito mais um caráter prescritivo e normativo, pois se orienta pelo debate da filosofia da ciência no qual John Guerring (2006) demonstra a necessidade das Ciências Sociais estruturarem uma unidade metodológica como uma forma de reforço da identidade profissional do próprio cientista social. Sendo assim, não se trata de desenvolver programas de pesquisa que visem somente a *falsaseação* dos núcleos teóricos concorrentes, afunilando-se em guetos científicos (LAKATOS, 1983). Porém, também não se trata do pesquisador se tornar um artesão intelectual estrito, tal como C. Wright Mills (2009) infere, no sentido de o Cientista Social ser o senhor de seus próprios métodos e teorias. Ou seja, entendemos que a imaginação sociológica que Mills revela está muito mais na combinação, adequação e experimentação de ferramentas e abordagens distintas de uma estrutura metodológica de regras compartilhada.

Nas próximas seções apresentaremos o debate em voga sobre os conceitos de Poder subjetivista e objetivista. Num segundo momento, tentaremos colocar de que forma a filosofia da ciência pode contribuir para avançar neste debate. E, ao fim do trabalho, apresentaremos algumas conclusões que, esperamos, podem contribuir para os debates sobre teoria política contemporânea.



## 2 O CONCEITO DE PODER SOB ÓTICA SUBJETIVISTA

Para introduzir a abordagem subjetivista do Poder faz-se necessário levar em consideração os apontamentos de C. Wright Mills (1985). Pois, é a partir da crítica a esse autor feita por Robert Dahl que efetivamente adentramos nesse debate. Para Mills o conceito de Poder está relacionado fortemente à matriz da teoria das elites, no qual ele denomina e considera como poderosa as três grandes áreas que concentram a capacidade de aglomerar os postos de comando dos EUA. Por este olhar, o Poder torna-se a capacidade de se tomar decisões, o que só é possível quando se ocupa postos e posições nas quais é possível ter a prerrogativa desta ação. O Poder para Mills está nos locais de comando, nas altas hierarquias institucionais. Logo, poderosos são aqueles que ocupam e preenchem estes espaços: *“A elite são os que ocupam os postos de comando nas chefias das principais instituições do país”* (MILLS, 1985, p.64). Dito doutra forma, Mills avalia que aqueles que detiverem o Poder também podem realizar suas vontades sem que haja a resistência de outros. Significa para o membro da elite dirigente *“que ele pode tomar decisões”* (MILLS, 1985, p.65). Ou seja, o poderoso jamais poderia decidir a *“menos que tivesse acesso ao comando das principais instituições”* (MILLS, 1985, p. 65).

Mas é justamente nesse ponto que a teoria de Mills apresenta sua fragilidade. Fragilidade esta denunciada por Robert Dahl (1970). Dahl ressalta que o Poder não pode ser explicado tal como Mills o define, que ele possa estar localizado e constituído num lugar, preso a uma posição ocupada numa determinada instituição. Para Dahl o Poder é uma relação entre agentes com maiores ou menores capacidades de comando, influência e persuasão. Para estudar processos decisórios faz-se necessário: primeiro, delimitar claramente critérios de análise; segundo, que o escopo seja claro e bem definido; terceiro, apontar quais são os objetivos políticos fundamentais em disputa. Deste modo, os grupos em disputa podem ter preferências diversas, objetivos diversos, e por este motivo é necessário estabelecer sobre *o que e em relação a que* um determinado grupo tem seus pressupostos aceitos num processo decisório. Portanto, é necessário observar se as preferências de um determinado grupo regularmente prevalecem nos casos de desacordo e nas discussões potenciais e relevantes.

A partir destas observações Dahl rejeita a concepção de elite dirigente. Para o autor não se trata de uma elite e sim de um grupo com alto potencial de controle e unidade, que podem ter preponderância numa determinada área, mas não em outra, havendo, portanto, sempre outros grupos gozando de alto potencial de controle e unidade num determinado sistema político. Dahl propõe que para estabelecer se um grupo possui um alto potencial de

controle ou de unidade seja analisado casos concretos de processos de tomadas de decisão. É preciso estabelecer que:

1. A elite dirigente hipotética é um grupo bem definido.
2. Há uma quantidade razoável de casos envolvendo decisões políticas fundamentais nos quais as preferências da elite dirigente hipotética se chocam com as preferências de qualquer outro grupo provável que possa ser sugerido.
3. Em tais casos, as preferências da elite regularmente prevalecem. (DAHL, 1970, p. 96)

Somente a partir desses critérios é que se pode afirmar quem possui Poder efetivo, ou seja, aqueles que em casos de conflito suas proposições sempre, ou na maioria das vezes, prevalecem. Ou seja, para Dahl o Poder só pode e deve ser analisado a partir do conflito observável. A observação dos conflitos é entendida como prerrogativa analítica para a compreensão das tomadas de decisão.

Bachrach e Baratz (1969) contestam o foco do método de Dahl, que enfatiza somente a capacidade decisória. Para tais autores, há que se levar em consideração a mobilização do preconceito do sistema: os mecanismos utilizados para impedir que determinados assuntos integrem a agenda decisória. Logo, não se pode levar em consideração apenas os temas decididos, mas também os temas que não são decididos. A não-decisão para Bachrach e Baratz é também uma forma de decisão e de exercício de Poder. Contudo, não-decisão não é “invisível”, ao contrário, também pode ser observável, mas com maiores dificuldades pelo pesquisador que as analisa, uma vez que elas não estão pautadas na agenda decisória e se apresentam de forma latente. Bachrach e Baratz procuram demonstrar que certos assuntos podem ser excluídos do processo de discussão da agenda política provocando a não-decisão, que significa a não importância dada a determinados assuntos para prevalecer os interesses de outros grupos ou indivíduos.

A não-decisão observável, que é uma forma de decisão que resulta na supressão de um desafio latente ou manifesto aos interesses ou valores do decisor, que pode fazer com que as demandas sejam sufocadas antes de serem enunciadas. Mantidas encobertas ou eliminadas antes do acesso à arena decisória. E se tudo isso falhar elas podem ser mutiladas ou destruídas na etapa de implementação. Tais mecanismos evitam discussões potenciais de adentrarem na arena política.

Como vemos, ainda estamos no terreno da ênfase ao conflito observável e real, aberto ou encoberto. O elemento do conflito é relevante para tais autores, pois, na ausência deste não há como verificar se o objetivo de uma decisão é conter uma consideração de uma demanda de mudança (que pode ser ameaçadora para o decisor). Sem o conflito fica difícil de saber se

o consenso é genuíno e nestas circunstâncias deve-se verificar se há queixas abertas (dentro do sistema) ou encobertas (fora do sistema). Bachrach e Baratz apresentam uma crítica qualificada ao foco comportamental dos pluralistas e procuram pensar em formas de evitar decisões referentes à discussão em potencial, bem como em preferências e queixas políticas expressas dentro ou fora do sistema político.

Steven Lukes (1990) procura aprofundar este debate sistematizando o conceito de Poder de orientação subjetivista em três visões por ele denominadas: unidimensional (pluralista) bidimensional (teóricos da não-decisão) e tridimensional. Para Lukes a visão tridimensional do Poder é a que apresenta uma análise mais profunda ao criticar o foco essencialmente comportamentalista das duas primeiras, nas quais apenas os conflitos observáveis são levados em consideração para determinar uma relação de Poder.

De acordo com o autor, o Poder se manifesta de forma a manter o preconceito do sistema também por condicionantes objetivistas, através de um comportamento estruturado socialmente e/ou padronizado culturalmente. Os teóricos da não-decisão consideram uma relação de poder somente onde ele é exercido em condições de conflito. Para Lukes: o ator *A* pode moldar, influenciar ou determinar os desejos de *B*, mediante controle da informação, meios de comunicação e processos de socialização, por exemplo. Por esta perspectiva, a não tomada de decisão não pode ser contemplada onde só existam queixas. Sem as queixas pressupõe-se que há consenso genuíno. Contudo, pode haver o consenso falso, manipulado de forma a moldar percepções, preferências, etc.. Por esse fio condutor, Lukes considera não apenas o conflito observável, mas o conflito latente, e é por este motivo que Lukes chama a visão tridimensional do Poder de radical, por crer que ela compreende que os desejos humanos (moldados numa relação objetiva de Poder) podem ser produtos que agem contra os interesses reais dos próprios prejudicados numa tomada de decisão.

A concepção de Steven Lukes pretende apresentar uma discussão explicativa que é sociológica e não apenas centrada nos agentes. Seu problema central é tentar estudar os não-acontecimentos, e, para tanto, o autor centra-se no trabalho de Crenson (1971), para tentar esboçar uma saída para esse dilema metodológico. O livro de Crenson explica o motivo do tema da poluição do ar não ter sido discutido na cidade de Gary até o ano de 1962, sendo que na cidade vizinha, East Chicago, tal debate já havia sido colocado em 1949. De acordo com Lukes, tal estudo é um caminho explicativo para as coisas que não acontecem com o foco na inatividade política. Gary era uma cidade dominada pelo monopólio da US Steel, diferentemente de East Chicago onde haviam várias siderurgias. O argumento central de Crenson é o de que a US Steel evitou a discussão sobre a poluição do ar de ser levantada em

Gary operando sobre reações antecipadas: influenciando decisivamente a legislação e evitando o debate público. Porém a US Steel fez isso sem entrar na arena política. Sua reputação foi suficiente para inibir a discussão sobre o ar poluído e quando o debate finalmente emergiu, ela influenciou a legislação mesmo sem tomar qualquer atitude a respeito. Havia o temor tácito na cidade de que a empresa fosse embora e causasse estagnação econômica e desemprego. Essa situação está fora do alcance do comportamento político observável, contrariando os pluralistas. A inação da US Steel foi suficiente para afetar decisivamente os rumos da cidade de Gary. Crenson realizou uma análise comparativa de dados de entrevistas com líderes políticos com outras 51 cidades, e sua conclusão foi a de que onde as indústrias gozavam de reputação de Poder, e onde as indústrias permaneceram silenciosas sobre o ar poluído as chances de discussão tenderam a ser diminuídas. Dito doutra forma, onde o desenvolvimento comercial e industrial é tema central, o tema da poluição tende a ser ignorado. Esse fato mostra a que a proeminência de uma discussão é correlata à subordinação de outra, contra a visão pluralista de que discussões políticas levantam e submergem de maneira independente.

Por esta perspectiva, as limitações politicamente impostas ao escopo da tomada de decisão são canalizadas para o processo da não-tomada de decisão, sendo que uma sociedade plural não garante a abertura política. Para Lukes a análise de Crenson se encontra na fronteira da visão bidimensional e tridimensional e apresenta: a) ênfase na inação, não interpretando a não-decisão pela ótica behaviorista; b) O Poder não considerado individualístico, mas comunitário e corporativo; c) os modos pelos quais as demandas não são levantadas através do exercício de um poder não-individualístico, mas pela coletividade (LUKES, 1990).

A obra de Crenson consegue destacar como formas políticas locais, instituições com ideologias desarticuladas (“descompromissadas”) promovem uma percepção seletiva e instigam a consciência política do público local, confinando as opiniões da minoria e negando a elas a possibilidade de expandir-se em majorias. Assim, há na pesquisa aplicada na cidade de Gary evidências dadas às maneiras pelas quais as instituições (pela inação) evitaram que fosse aplicado o real interesse dos cidadãos, ou seja, de não serem envenenados.

Contudo Steven Lukes procura apresentar formas de comprovação empírica de não-acontecimentos que circulam em volta de temas como a inconsciência dos agentes, por exemplo: a) inconsciência sobre os motivos reais da ação de alguém; b) inconsciência de como os outros interpretam a ação de alguém, e; c) inconsciência sobre as conseqüências da

ação de alguém. Entretanto, Lukes não aprofunda essas questões e logo abandona essa discussão por considerá-la infrutífera para a observação de evidências.

Da ação de uma relação de Poder no viés tridimensional deriva a problemática da coletividade, carecendo de evidências. Lukes, nesse ponto, estabelece a dualidade entre determinismo estrutural e Poder, como aspectos dicotômicos. Para responder essa questão o autor retoma o marxismo estrutural de Louis Althusser, no qual a determinação dos elementos do todo é determinado pela estrutura do todo. Trata-se de um sistema objetivo governado nas suas determinações concretas. Essa perspectiva analítica será examinada mais profundamente na próxima seção. Por ora basta ressaltar que Steven Lukes considera equivocada essa dicotomia entre agente e estrutura, entre coordenadas estruturais objetivas versus individualismo metodológico. O que há são complexas relações entre as duas perspectivas. Mesmo de acordo com os limites estruturais os indivíduos gozam de certa autonomia e por este motivo um total determinismo estrutural não deixa espaço para a análise do Poder, mas, entretanto, a restrição do Poder é dada estruturalmente.

O Poder, portanto, pode ser definido nessa abordagem enquanto agentes (indivíduos ou grupos) que afetam significativamente pela ação ou inação os pensamentos ou ações de outros de um modo contrário aos seus próprios interesses.

Em suma, a sistematização conceitual do Poder elaborada por Steven Lukes pode ser esquematizada da seguinte forma: a) visão unidimensional, cujo representante é Robert Dahl e que se caracteriza pelo poder de decisão e pelos conflitos observáveis; b) visão bidimensional, que tem como representantes Bachrach e Baratz e que apresenta como diferencial os elementos da não-decisão, da agenda decisória, da mobilização do preconceito e dos conflitos observáveis ou latentes; c) visão tridimensional, cuja concepção elaborada pelo autor leva em conta padrões estruturados socialmente e culturalmente, que interferem nas condutas dos atores e na formação das suas preferências, que podem ser conscientes ou inconscientemente escolhidas.

### 3 O CONCEITO DE PODER SOB A ÓTICA OBJETIVISTA

O primeiro autor que apresentamos nesta seção é Ralph Miliband, que parte de uma noção próxima à concepção de C. Wright Mills com influência da matriz analítica da teoria das elites. Miliband (1972), apesar de marxista, conceitua o Estado enquanto um sistema de instituições as quais são compostas nos seus altos quadros por uma Elite Estatal. Tal sistema de instituições estatais seria composto por: governo, administração pública, forças militares, judiciário, governos subcentrais e assembleias legislativas. As inter-relações entre este grupo de órgãos e entes estatais dão sentido ao que o autor denomina de sistema estatal. O Poder apóia-se, no sistema estatal apresentado por Miliband, nas diferentes manifestações por aqueles que ocupam as posições dirigentes em cada uma destas instituições, ou seja, na Elite Estatal: presidentes, primeiros-ministros, ministros, juízes, cortes supremas, funcionários públicos, alta cúpula militar, dirigentes e líderes das assembleias parlamentares, administradores e líderes políticos dos governos subcentrais.

Percebe-se na abordagem de Miliband a proximidade de seu conceito com o de C. Wright Mills, colocando o Poder como sinônimo de acesso às posições capazes de interferir em decisões relevantes. Da mesma forma que Robert Dahl questiona a metodologia de Mills, Nicos Poulantzas também questiona a forma da abordagem metodológica de Miliband, porém, pelas categorias analíticas do marxismo. De acordo com Poulantzas (1986) o foco de análise para pensar o Estado está nos efeitos gerados a partir das relações sociais objetivas que se manifestam pelo sistema de estruturas, no qual a predominante é a estrutura econômica. O Poder do Estado precisa ser encarado como expressão de uma funcionalidade da superestrutura jurídico-política. Sua razão de ser é funcional, na qual os agentes estão condicionados a um tipo de conduta estruturada que são determinadas a partir das coordenadas da posição que eles ocupam nas classes sociais<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Antes de seguir é preciso uma breve revisão dos princípios marxistas de análise da sociedade, tal como a tese geral do materialismo histórico, que compreende a estrutura social a partir das relações materiais da sociedade que formam a estrutura econômica (as relações de produção, forças produtivas e as classes sociais). Esse conjunto de relações objetivas é a infraestrutura (nível econômico), que, por sua vez, faz surgir a superestrutura jurídico-política, instância na qual se encontram os aparelhos ideológicos manifestados no Direito, cultura, religião, etc.. A superestrutura cumpre a função de dominação ideológica, que na verdade é um efeito do modo de produção no qual uma sociedade se assenta. As formas de produção condicionam o surgimento de formas sociais não relacionadas com a sua base material. Dito de outro modo, a chave para a compreensão da sociedade está em descobrir as diferenças entre a relação de propriedade e a relação de apropriação real. A primeira é caracterizada pelo vínculo do proprietário com os meios de produção, que gera a extração da mais valia e o excedente de capital. Este fato não sofre variações e alterações. O segundo – a relação de apropriação real – é variável. Na medida em que a relação do produtor direto com o seu meio de produção é variável, este fato sofre alterações no decorrer da história como um efeito da infraestrutura sobre a superestrutura, enquanto formas sociais que possuem a função de manter as relações da base material do edifício social. Por exemplo, a sociedade

Poulantzas denomina o Estado como Estado-popular-de-classe, que tem como traço distintivo a sua abertura à sociedade e onde a dominação política encontra-se ausente das instituições. A sua legitimidade está calcada em princípios formais de igualdade e liberdade que levam à atomização dos sujeitos, fazendo com que estes não percebam sua condição de agentes da produção distribuídos nas estruturas sociais (com funções objetivas). Desta forma, a emergência dos agentes da produção enquanto “indivíduos nus”, constituindo e concebendo a sociedade civil separada do Estado, dificulta a compreensão da relação do Poder político com a luta de classes. Portanto, para compreender o Estado pelo viés marxista, e essa é a crítica que Poulantzas faz a Miliband, é preciso conceber os agentes da produção não como indivíduos dotados de liberdade e igualdade formal, mas como suporte das estruturas sociais. Somente assim é possível relacioná-los com as suas reais condições de classe e conseqüentemente com a luta de classes.

Esta situação acaba por gerar um duplo efeito ideológico do aparelho do Estado: o Estado acaba sendo designado pelo seu fator de coesão, que significa a disseminação da noção de Estado-Nação e, assim, representante do todo social; e o fator de isolamento dos indivíduos na categoria de cidadãos “livres e iguais”, que significa a manutenção das condições de reprodução do sistema capitalista que só pode ocorrer nesses termos. Esse duplo efeito do Estado, de coesão e isolamento, demonstra como o ele pode ser compreendido pela sua funcionalidade: o aparelho do Estado não precisa ser dominado por uma classe social para que esta possua representação permanente de seus interesses. Isto é, para que suas preferências sejam atendidas, a classe economicamente dominante não necessita mover esforços ou ocupar os cargos mais importantes da burocracia estatal. A reprodução dos interesses da classe dominante se dá pela administração pública de forma objetiva, que independe da intencionalidade dos agentes que dela participarem direta ou indiretamente. A sua relação com a dominação do aparelho do Estado é uma relação de efeito e não de causa (POULANTZAS, 1968).

A burocracia estatal é uma categoria social específica. Por mais que pertençam e sejam de origens de classes diferentes isso não altera o cumprimento das suas funções objetivas. Por este motivo é que os membros pertencentes ao funcionalismo estatal possuem uma autonomia relativa.

---

capitalista tem como uma das suas características mais importantes o Direito calcado nos princípios de igualdade e liberdade, o que torna possível a exploração do trabalho, devido a sujeição do trabalhador expropriado dos seus meios produtivos que se vê obrigado a vender sua mão de obra num mercado de trabalho concorrencial. Nesses termos, o trabalho adquire *ethos* de mercadoria. As relações de trabalho passam a ser reguladas pelo contrato “entre iguais”, mitificando a essência de sua natureza, que é uma relação de força entre agentes produtivos que se encontram distribuídos em classes sociais contraditórias (POULANTZAS, 1968).

O Estado capitalista serve melhor o interesse da classe capitalista quando os membros desta classe não participam diretamente do aparelho do Estado, isto é, quando a classe dominante não é a classe governante política (POULANTZAS, p. 226)

O Poder para o programa de pesquisa estruturalista, portanto, deriva de condições objetivas, determinadas pelo modo de produção capitalista, nas quais os agentes não possuem controle das suas ações e das conseqüências que delas derivam. Uma vez que o Estado abre-se para todas as classes, para toda a sociedade, o questionamento crucial desta perspectiva é saber que tipo de relações sociais estas condições contribuem para reproduzir e que efeitos elas geram.

Claus Offe (1982) avança nessa discussão por colocar a relação do Poder político com o Poder econômico como uma questão interna ao próprio Estado. Offe preocupa-se, acima de tudo, com os problemas metodológicos que tal situação implica, tendo como ponto de partida de análise o mesmo critério dos estruturalistas funcionalistas, ou seja, de que não existe uma intencionalidade clara dos sujeitos. Para o autor, se há uma relação objetiva entre Poder econômico e o Poder político, é porque o Estado atua de maneira a favorecer o Capital global e não a classe economicamente dominante.

Offe chama a atenção para o fato de que para se comprovar o teor classista do Estado, faz-se necessário pensar de forma mais efetiva nos processos decisórios internos do próprio aparelho estatal. Em outras palavras, é crucial apresentar comprovações empíricas de tomadas de decisão dentro das instituições estatais, que para Offe deve ocorrer por meio de uma análise dos critérios de seletividade das demandas sociais que são incorporadas no processo político.

Além de desconsiderar a razão instrumental do Estado, o autor também rejeita parcialmente o determinismo de relações objetivas. Isto significa que para ele o erro dos dois modelos referidos (razão instrumental e razão estrutural) consiste na procura externa de uma explicação da relação do Estado com a luta de classes. Tal fato não significa que o autor negue o materialismo histórico e a análise da totalidade social. Ao contrário, o que o autor chama a atenção é que se torna imprescindível a observação dos critérios (internos) de seletividade do Estado no que se refere às demandas incorporadas ao processo político, e principalmente as demandas que não são incorporadas – não-acontecimentos. Se houver como comprovar as regras de exclusão de matérias, há como relacionar o Poder político com Poder econômico. Sendo assim, Offe resalta quatro níveis de mecanismos seletivos utilizados pelas instituições estatais: a) Estrutura: formada pelo escopo jurídico-liberal, burocracia e barreiras programáticas; b) Ideologia: não-articulada, formada mais por convenções culturais; c)



Processo: que ocorre por meio de procedimentos institucionais de formulação e implementação de políticas, tal como planejamentos municipais, assessoramento, etc.; d) Repressão: que é o aparato policial e o aparato judiciário.

Como Poulantzas, Offe também ressalta que o aparelho do Estado ao invocar a neutralidade de classe com o álibi da universalidade concretiza a reprodução do modo de produção capitalista por extrair, simbolicamente, o seu conteúdo político. A extração de seu conteúdo político minimiza posições contrárias a sua funcionalidade. Pois, o aparelho estatal precisa desempenhar o duplo papel de desenvolver uma política global do capital ao mesmo tempo em que se preocupa em esconder e tornar invisível seu caráter classista, que em suma ocorrem em três níveis: pela seletividade das instituições estatais, pela direção do capital global, e pela repressão.

O cerne do problema das questões levantadas por Offe encontra-se na metodologia de comprovação empírica das demandas aceitas e incorporadas pelo processo decisório e, principalmente, por aquelas que não são aceitas (conscientemente ou inconscientemente): os não-acontecimentos, que só se tornam visíveis quando o impulso já foi iniciado pelo sistema, isto é, quando o processo já se encontra em andamento. Ou seja, se “saltassem aos olhos” e se tornassem passíveis de observação somente os elementos e conflitos desestabilizadores. Contudo, o autor ressalta uma dualidade sistêmica que atua em dois estratos distintos: o simbólico e o substantivo. O sistema simbólico ocorre, por exemplo, pelas eleições, sufrágio universal e políticas sociais ao determinarem um efeito de designar uma falsa consciência. E o sistema substantivo atua intervindo nos grandes interesses econômicos, no processo orçamentário do Estado, nos grandes contratos, etc.. Este último, o sistema substantivo, é latente e não facilmente observável.

Neste ponto, os conceitos de Offe aproximam-se dos conceitos de Bachrach e Baratz – cujo próprio Offe dialoga em seu texto. Os não-acontecimentos se aproximam da concepção de não-decisão e da idéia de mobilização do preconceito, presente na visão bidimensional. E, da mesma forma, aproximam-se da visão tridimensional do Poder, ressaltado por Lukes, por se tratar de procedimentos culturais e procedimentais que afetam a formação das preferências dos atores, tornando-se problemática de comprovação por meio da observação empírica. Então, como determinar metodologicamente o conceito de seletividade da dominação política? Tal conceito refere-se a uma configuração de regras de seleção que operam de duas formas, a atualização de apenas um setor num conjunto de possíveis resultados e pela produção de uma homogeneização e consistência nos acontecimentos atualizados. Assim, seletividade é a restrição sistemática, não-aleatória, de um leque de possibilidades.

Esse é o dilema empírico da falta de um conceito sobre aquilo cuja possibilidade está sendo negada pelos mecanismos seletivos. Faltam “conceitos negativos” para transmitir uma concepção de não-realidade (realidade sistematicamente excluída). A questão é saber como estabelecer uma evidência daquilo que não aconteceu. Para os comportamentalistas, que se baseiam somente em processos observáveis, os conceitos negativos são metodologicamente ilegítimos. O problema é que só se tornariam visíveis, então, os processos de repressão que já se tornaram conscientes. Ou seja, fracassos de impulsos de ação já iniciados no sistema político. O problema são os impulsos de ação que permanecem fora de um sistema político de dominação. E é neste ponto que, tal como Lukes também observou, Bachrach e Baratz sucumbem a crítica pluralista, assumindo que a seletividade do sistema político somente pode ser provada por meio da análise behaviorista (para perceber se o consenso é genuíno ou imposto pela tomada de decisão).

Offe vê essa situação como um problema que precisa buscar “*uma solução de emergência, seja normativa, seja empírica*” (p. 156). Ele apresenta possíveis padrões de medida para a averiguação da seletividade do sistema político, técnicas possíveis e métodos que podem apresentar indicadores capazes que resolver esse dilema: a) pela via antropológica: necessidades não satisfeitas vistas como não fatos; b) normativamente: temas que o pesquisador defina subjetivamente como relevantes; c) método forense: critérios derivam dos interesses; d) objetivista: conceito dedutivo de classe e interesses objetivos; e) comparativamente: de forma intertemporal e intersistêmica a partir da identificação das regras de exclusão dos sistemas a serem comparados: partidos, instituições, etc.; f) imanentemente: aspiração e realidade, ideal versus real. Aspirações negadas sistematicamente; g) regras de exclusão codificadas: processos administrativos, leis civis e penais; h) confronto de processos políticos e administrativos com os “mal entendidos” e “superinterpretações” que sistematicamente ocorrem e que eles provocam (não no sentido do direito público normativo – aspirações – mas nas gerações de informações sociológicas que se apresentam ao Estado e que gera um problema de realidade, uma vez que o próprio sistema político não pode atender a todas as aspirações).

Offe rejeita todas as possibilidades, mas considera a última como mais indicada. Pois, o sistema colabora para tornar evidentes as aspirações rejeitadas e verdades reprimidas. Mas há uma dupla seletividade percebida no contexto da práxis política, de conflitos de classe mediante ações e organizações que se comprovam “post foestum”. Depois que os conflitos transparecem, o caráter de classe do Estado se comprova posteriormente à seletividade.

Parte da dificuldade da explicação classista do Estado está no fato de que ele próprio se nega, enquanto uma estrutura organizacional, como tal. O Estado se desmente de forma duradoura, com seus mecanismos de seletividade. Seletividade para preservar tanto o capital global dos riscos da sua própria dinâmica, quanto da contradição decorrente da força de trabalho. Há uma produção de operações de coordenação e repressão. O poder calcado na soberania popular precisa se auto-justificar como poder racional com correspondência societária, por este motivo, o Estado assume funções de classe sob o pretexto da neutralidade. Trata-se do álbi da universalidade sob o exercício do Poder particular. Essa é uma contradição estrutural de praticar e tornar invisível seu caráter classista, pois a coordenação e a repressão precisam ser desmentidas pelo seu outro caráter que é o da ocultação e aparência de neutralidade.

O ocultamento organizacional caracteriza as funções instrumentais e expressivas do Estado, fazendo com que estruturas de dominação se preservem porque se desmentem o tempo todo. Neste sentido, surgem três níveis de instauração e negação da dominação classista: a) o desenvolvimento de funções do Estado que servem para a consolidação do processo de valorização e de operações seletivas torna o caráter classista e específico dessas funções invisível: conjugação de medidas econômicas e estruturais para a consolidação do consenso com estratégias colaterais para produzir o mesmo consenso; b) a não identidade do conteúdo entre as exigências funcionais da economia e os motivos mobilizados para a sua implementação: justificações invocadas e as intenções reais da atribuição estatal; c) a centralização entre as funções simbólicas e instrumentais diretoras: crise de credibilidade do Estado que mostram a aparência e a realidade se relacionando.

Para Offe, o sistema do direcionamento e o sistema de legitimação irão se colidir inevitavelmente, não havendo mais como legitimarem-se nessa negação recíproca. Um exemplo é a questão das políticas do pleno emprego, que foram deixadas de serem vistas como uma questão conjuntural, periódica, para tornar-se alvo de reivindicação estatal. E que hoje ante tal contradição a saída para esta situação foi devolver o problema para a sociedade no nível individual, uma reprivatização dos riscos empregatícios. A base legitimadora do Estado sai perdendo na produção de lealdade. Porém, tal base de lealdade não pode ser retirada. As crises e conflitos são provas do caráter de classe da dominação estatal e que não podem ser vistas na constelação institucional do Estado no seu cotidiano. Ou seja, só é percebido em crises e conflitos abertos, no momento em que o Estado se põe pra fora e se mostra, deixando de mobilizar mecanismos de auto-ocultação.

Somente elementos desestabilizadores permitiriam as comprovações empíricas analíticas do caráter de classe do Estado. A coexistência contraditória entre a democracia liberal e a economia capitalista demonstra que a acumulação monopolista do capital é organizada e direcionada pelo Estado, protegendo a própria classe economicamente dominante dela mesma e se auto negando em seu teor classista. Democracias burguesas são indispensáveis às realizações de produção capitalista. Nos seus limites específicos, o Estado consegue superar algumas contradições, construindo um interesse de classe sistêmico sobre cada interesse individual. Desenvolvem-se, dessa maneira, mecanismos ideológicos que permitem mentir a cumplicidade objetiva entre os interesses globais de valorização e as funções estatais de capital. Trata-se da contradição entre funções econômicas e funções legitimadoras que pode indicar uma politização irreversível da luta de classes.

Em suma, os conceitos de Offe procuram apontar que a dominação política de classe ocorre pela formação da vontade, de seleção e integração do capital, que permitem ao Estado “neutro” articular o interesse global da classe economicamente dominante em longo prazo, sem que essa mesma classe possua consciência deste fato. A instituição estatal estatiza todos os riscos e torna-se alvo de todas as reivindicações que revelam uma coexistência contraditória entre democracia-liberal e economia capitalista, na qual o Estado precisa atuar com uma autonomia relativa para a consecução dos interesses do capital. Essas são para Offe as problemáticas estruturais do Estado capitalista, que corre riscos de paralisação por possuir essa contradição interna implícita.

#### 4 QUESTÕES METODOLÓGICAS E A FILOSOFIA DA CIÊNCIA

Uma compreensão adequada sobre os problemas de cunho metodológico apresentados no trabalho nos remete ao debate da filosofia da ciência. O resgate deste tema pode nos ajudar a refletir sobre possíveis saídas de encruzilhadas nas quais os pesquisadores podem se encontrar, tal como a apresentada nas concepções sobre o Poder nas óticas subjetivista e objetivista. Destacaremos de forma sucinta três autores que podem ilustrar esse debate: Imre Lakatos (1983), C. Wright Mills (2009) e John Gerring (2006).

Para Mills (2009), o trabalhador intelectual forma-se a si próprio quando aperfeiçoa o seu ofício, estimulando a sua imaginação reunindo itens antes isolados, encontrando conexões insuspeitas. A imaginação sociológica consiste na capacidade de passar de uma perspectiva para outra, e assim consolidar uma visão adequada dos componentes. Essa imaginação é o que distingue o técnico do cientista social. Portanto, Mills não distingue vida intelectual e de vida pessoal, corporificando-as no *ethos* do próprio pesquisador.

Em oposição à Mills está Imre Lakatos (1983) que estabelece que a característica da falseação (tornar falso) é a maior distinção entre a ciência e a pseudo-ciência. Ele coloca a questão do “porquê” dos cientistas não abandonarem suas teorias mesmo quando os fatos as contradigam. Para Lakatos a resposta é que os programas de investigação são os maiores fatores de sucesso de teorias. Isto é, os programas de investigação possuem sempre um núcleo firme (teoria central, predominante) que se cerca por um cinturão de hipóteses protetoras. Assim, todos os núcleos possuem problemas não solucionados, sendo que a ciência é a história dos programas de investigação e não história das teorias. O núcleo firme é irrefutável por decisão metodológica dos seus defensores. Portanto, não se trata de se produzir novos fatos observáveis, os programas de investigação tem que ter certa adesão dogmática (tal como os programas estudados nesse trabalho) que não permitem que as refutações tornem falsas as aceções do núcleo firme antes que se formem o conteúdo empírico do cinturão protetor de hipóteses auxiliares.

Percebe-se a contraposição das concepções de Mills (do artesão intelectual) e de Lakatos (do dogmatismo dos programas de pesquisa). Por esse fio condutor, consideramos John Gerring (2006) como o contraponto e o equilíbrio entre Mills e Lakatos, pois de acordo com tal autor, a questão metodológica é um eixo central, pois é ela que define as fronteiras e limites das ciências sociais. Gerring defende a noção de um terreno compartilhado de métodos e metodologias nas Ciências Sociais para evoluirmos em conhecimento para ambicionar consensos. Ele sugere que, em primeiro lugar, as estruturas teóricas devem ter interconexões

entre as correntes teóricas; da mesma forma é preciso uma uniformidade de regras (tal como nas ciências da natureza). Logo, é preciso superar o paroquialismo intelectual das ciências sociais e se espelhar na unidade que ocorre nas ciências da natureza. Mas essa é uma questão de métodos, os quais pouco se discutem nas ciências sociais e as quais devem apresentar uma unidade metodológica que reforcem a identidade do cientista social (GERRING, 2006).

Os apontamentos de Gerring além de contribuir com o debate proposto nesse trabalho, também permitem uma atualização da própria maneira pela qual a ciência se produz contemporaneamente: coletivamente. Esse desafio científico pode contribuir para uma possível solução do dilema aqui delineado, de perceber os pontos de proximidade entre os subjetivistas e objetivistas acerca do conceito de Poder com as exigências de sua comprovação empírica.

## 5 CONCLUSÃO

A pretensão deste trabalho não é dar uma resposta definitiva sobre o debate em torno do conceito de Poder, muito pelo contrário, pois a complexidade deste tema está além do nosso horizonte intelectual. Nossa intenção inicial foi a de realizar um estudo sistematizado e comparativo do conceito pelas óticas objetivista e subjetivista. Árdua tarefa essa a qual conseguimos alcançar de maneira parcial. Contudo, podemos tirar algumas conclusões da pesquisa.

Primeiro, Steven Lukes ressalta que deve ser incorporado às análises sobre as relações de Poder o fato de que forças sociais e práticas institucionais podem determinar o controle sobre a agenda decisória e manter discussões potenciais fora do processo político não apenas por fatos observáveis, mas também por meios não observáveis, ou seja, aqueles que agem na esfera de construções de esquemas mentais da formação das preferências dos sujeitos. Neste ponto é que a teoria de Lukes demonstra que questões objetivas dos estratos sociais devem ser levadas em consideração pelos pluralistas. Essa questão está relacionada à indagação feita sobre o processo de socialização de como se formam tais preferências que interferem nas condutas dos sujeitos. Entretanto, tal autor não mostra de forma satisfatória a maneira pela qual se evidencia os não-acontecimentos, e, ao que nos parece, ele sucumbe à crítica pluralista ao negar as concepções estruturais e àquelas do nível da inconsciência dos agentes. No momento em que Lukes, em maior ou menor grau, aproxima-se do conceito estruturalista por apresentar o elemento não-observável dos conflitos, este parece pouco avançar à discussão em relação aos teóricos da não-decisão, comprometendo assim a sua visão radical (tridimensional) do Poder.

Em segundo lugar, Claus Offe também peca na sua abordagem. Ele deixa de preocupar-se de forma efetiva na questão dos não-acontecimentos e de que maneira eles poderiam ser provados como um critério de seletividade estatal que comprove o seu caráter classista, apresentando também um recuo explicativo ao estrutural-funcionalismo, aos moldes poulantzianos. Offe também sucumbe à crítica pluralista ao assumir que a comprovação classista do Estado se dá a *posteriori* dos acontecimentos, em momentos de crise, quando o Estado se mostra para a sociedade numa espécie de comportamento observável. Sua explicação não convence e sua problemática inicial permanece em aberto por não conseguir demonstrar efetivamente como ocorre a seletividade institucional do Estado.

Portanto, nossa hipótese inicial de trabalho se confirmou parcialmente. Tanto Claus Offe quanto Steven Lukes se apresentam enquanto pontos de confluência somente naquilo

que ainda permanece como passível de comprovação empírica: os não-acontecimentos. A análise atenta das suas obras demonstrou efetivamente muito pouco avanço do ponto de vista empírico. Os motivos para isso, sabemos, se deve à complexidade do tema e justamente por este motivo acreditamos que o debate a respeito da filosofia da ciência pode ter uma importância relevante para superar obstáculos que se apresentam à Ciência Política devido a uma falta de plataformas metodológicas compartilhadas.



## REFERÊNCIAS

BACHRACH, P. & BARATZ. **Decisions and Non-Decisions: An Analytical Framework.** In BELL, R., EDWARDS, D. V. e WAGNER, H. R.: **Political Power: A Reader in Theory and Research.** New York: The Free Press, 1969.

DAHL, R. **Uma Crítica do Modelo de Elite Dirigente.** In: M. S. AMORIM (org.), **Sociologia Política II,** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970. p. 90-100.

GERRING, J. **Social Science Methodology: a Criterial Framework.** New York: Cambridge University Press, 2006.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias Qualitativas na Sociologia.** Petrópolis: Vozes, 2001.

LAKATOS, I. **La Metodologia de Los Programas de Investigación Científica.** Madri: Alianza Editorial, 1983.

LUKES, S. **O Poder: Uma Visão Radical.** Brasília: Cadernos da UNB, 1990.

MILIBAND, R. **O Estado na sociedade capitalista.** Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

\_\_\_\_\_. **Resposta a Nicos Poulantzas.** In: R. BLACKBURN (org.), **Ideologia na Ciência Social,** Rio de Janeiro: Paz e Terra. p. 233-241.

MILLS, C. W. **A Elite do Poder: Militar, Econômica e Política.** In: H. R. FERNANDES (org.), **Wright Mills, Coleção Grandes Cientistas Sociais,** no. 48. São Paulo: Editora Ática, 1985. p. 62-80.

\_\_\_\_\_. **Sobre o Artesanato Intelectual.** In: CASTRO, C. (org) **Sobre o Artesanato Intelectual e Outros Ensaio.** Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2009, p. 21-58.

OFFE, C. **Dominação de Classe e Sistema Político: Sobre a Seletividade das Instituições Políticas.** In: **Problemas estruturais do Estado capitalista.** Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1982, p. 140-177.

POULANTZAS, N. **O Estado, O Poder, O Socialismo.** São Paulo: Paz e Terra, 2000.

\_\_\_\_\_. **O Problema do Estado Capitalista.** In: R. BLACKBURN (org.), **Ideologia na Ciência Social,** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 219-233.

\_\_\_\_\_. **Poder Político e Classes Sociais.** Rio de Janeiro: Martins Fontes. 1986 [1968].